

**DECRETO N.º 4.875
DE 01 DE AGOSTO DE 2007**

**DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA IV CONFERÊNCIA MUNICIPAL
PARA INTEGRAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

JOÃO PAULO TAVARES PAPA, Prefeito Municipal de Santos, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 60.943/2007-69,

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica convocada a IV Conferência Municipal para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, a realizar-se no dia 22 de setembro de 2007.

§ 1.º - A IV Conferência Municipal para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência abordará o tema: "INCLUSÃO: O CAMINHO PARA A CIDADANIA".

§ 2.º - As pré-conferências deverão ocorrer durante o mês de agosto.

§ 3.º - Caberá ao Poder Executivo garantir a estrutura de funcionamento da IV Conferência Municipal para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

Art. 2.º - A IV Conferência Municipal para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência desenvolver-se-á com base em regimento próprio, cujo texto é parte integrante deste decreto como Anexo Único, elaborado e aprovado pelo Conselho Municipal para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

Art. 3º - Após a instalação da Conferência aqui tratada, o Poder Executivo Municipal também indicará seus representantes no Conselho Municipal para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência para o biênio 2007/2009.

§ 1º - Dentro de 30 (trinta) dias após a publicação deste decreto, ficam os titulares dos seguintes órgãos autorizados a indicar os seus representantes para eventual nomeação por decreto:

- I – Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos;
- II – Secretaria Municipal de Administração;
- III – Secretaria Municipal de Assistência Social;
- IV – Secretaria Municipal de Educação;
- V - Secretaria Municipal de Esportes;
- VI - Secretaria Municipal de Turismo;
- VII – Secretaria Municipal de Planejamento;
- VIII – Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- IX – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;
- X – Secretaria Municipal de Saúde;
- XI – Companhia de Engenharia de Tráfego de Santos.

§ 2º - Os órgãos mencionados nos incisos I, III, IV, V, IX e X do parágrafo anterior, indicarão um representante titular e os demais órgãos indicarão os suplentes.

§ 3º - Compete ao Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos iniciar, coordenar e encaminhar o procedimento para cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 4.º - Este decreto entra em vigor na data da publicação.

Registre-se e publique-se.

Palácio "José Bonifácio", em 01 de agosto de 2007.

JOÃO PAULO TAVARES PAPA

Prefeito Municipal

Registrado no livro competente.

Departamento de Registro de Atos Oficiais da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos, em 01 de agosto de 2007.

CLAUDIA REGINA MEHLER DE BARROS

Chefe do Departamento

ANEXO ÚNICO REGIMENTO DA IV CONFERÊNCIA MUNICIPAL PARA INTEGRAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

CAPÍTULO I DA CONFERÊNCIA, SEUS OBJETIVOS E PRINCÍPIOS

Art. 1.º Sob a denominação “IV Conferência Municipal Para Integração das Pessoas com deficiência”, doravante simplesmente designada por “Conferência”, fica oficializada assembleia pública a ser realizada no dia 22 de setembro de 2007, com abertura às 9 horas e dando seqüência aos trabalhos até às 18 horas, na Escola Municipal de Educação Especial “Maria Carmelita Proost Villaça”, situada à Av. Aristóteles de Menezes nº11, Ponta da Praia, em Santos/SP, sob coordenação da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos.

§ 1.º No caso de força maior que imponha a realização da Conferência em outro local, será publicado edital de convocação 3 (três) vezes no Diário Oficial do Município, indicando, com clareza, o lugar da assembleia, que em nenhum caso, poderá realizar-se fora do Município.

§ 2.º A Conferência será precedida de pré-conferências e reunião ordenatória, conforme o disposto neste Regimento.

§ 3.º É facultado o desenvolvimento de atividades sociais, científicas, culturais e esportivas paralelas durante o evento.

Art. 2.º A Conferência será instrumento originário para definir as diretrizes e os parâmetros da Política Municipal para Integração das Pessoas com Deficiência de Santos, bem como foro municipal de debates sobre os direitos de cidadania da pessoa com deficiência, aberto a todos os segmentos da sociedade local, visando a:

- I- conclamar a sociedade quanto à dignidade da pessoa com deficiência;
- II- conscientizar a comunidade em geral sobre os direitos individuais e coletivos das pessoas com deficiência junto a seus pais e responsáveis, à Sociedade Civil, ao Empresariado e aos Poderes Públicos;
- III- consagrar o respeito ao convívio familiar inafastável e, na falta deste, criação de lar substituto para pessoas com deficiência, principalmente quanto ao adulto e idoso;
- IV- reafirmar o direito à vida;
- V- eliminar a execração social e qualquer forma de discriminação;
- VI- fomentar o exercício da cidadania;
- VII- instrumentalizar a assistência judiciária;
- VIII- reclamar do Estado ação diante do desrespeito aos Direitos Humanos sob a sua proteção e exigir o julgamento dos infratores nos termos da lei;
- IX- propugnar igualdade de direitos no mercado de trabalho, bem como possibilidades equitativas de admissão em cargo/ emprego público;
- X- manter e ampliar os serviços de habilitação e reabilitação profissional;

- XI- preparar as pessoas com deficiência para o exercício de atividades ocupacionais;
- XII- garantir o direito de ensino especializado com programas próprios;
- XIII- exigir ações para garantia de locomoção e acesso físico sem limites, com adaptação de logradouros, edifícios e veículos para transporte coletivo;
- XIV- desenvolver atividades esportivas;
- XV- defender a universalização e ampliação do benefício previsto no artigo 203, inciso V da Constituição Federal;
- XVI- exigir tratamento tributário adequado;
- XVII- viabilizar o atendimento pleno nas questões da Saúde e desenvolvimento Biopsicosocial das pessoas com deficiência.

Art. 3.º A política de atendimento às pessoas com deficiência tem como princípios:

- I- assegurar às pessoas com deficiência todos os direitos de cidadania, garantindo sua participação na comunidade e defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida e às oportunidades;
- II- informar a sociedade em geral de sua responsabilidade no processo de integração e inclusão social das pessoas com deficiência;
- III- combater a discriminação de qualquer natureza.

Parágrafo único. O tema central da Conferência será “Inclusão: o Caminho para a Cidadania”, tendo como temas subseqüentes àqueles definidos nas pré-conferências.

Art. 4.º A Conferência será precedida de Pré-Conferências Regionalizadas e Temáticas que deverão priorizar e encaminhar 05 (cinco) propostas, de cada tema, para a IV Conferência e eleger os delegados para a mesma.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Seção I

Da Comissão Organizadora

Art. 5.º Fica instituída, por este decreto, uma Comissão Organizadora para viabilizar o encontro e seus atos preparatórios, composta pelos seguintes representantes do Governo Municipal e da Sociedade Civil:

- I- Presidente do Conselho Municipal para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CONDEFI;
- II- 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos - SEAJUR;
- III- 1 (um) representante da Secretaria Municipal da Assistência Social - SEAS;
- IV- 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Esportes –SEMES;
- V- 1 (um) representante da Coordenadoria de Defesa de Políticas para as Pessoas Portadoras de Deficiência - CODE;
- VI- 1 (um) representante do Grupo de Apoio Múltiplo ao Deficiente -GAMD;
- VII- 1 (um) representante da Instituição Braille de Santos -IBS;
- VIII- 1 (um) representante do Núcleo de Atendimento a Portadores de Necessidades Especiais – NAPNE;
- IX- 1 (um) representante da Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas – OASE;
- X- 1 (um) representante da Deficiência Visual;
- XI- 1 (um) representante da Área Central;
- XII- 1 (um) convidado do CONDEFI.

Art. 6.º Compete à Comissão Organizadora:

I- organizar as pré-conferências, a reunião preparatória e a própria Conferência;

II- fiscalizar o fiel cumprimento deste Regimento;

III- dirimir, em instância única, todos os conflitos e dúvidas, antes da instalação da Conferência;

IV- sistematizar o processo de desenvolvimento técnico da Conferência.

Art. 7.º A Comissão Organizadora terá os seguintes cargos:

I- Presidente;

II- Vice-Presidente;

III- Secretário.

§ 1.º. A Presidência da Comissão Organizadora será exercida pelo Presidente do CONDEFI.

§ 2.º A Vice-Presidência e a Secretaria serão ocupadas por pessoas indicadas pelo Presidente e referendadas pela Comissão Organizadora.

§ 3.º As atribuições da Comissão Organizadora não serão remuneradas a qualquer título.

§ 4.º A Comissão Organizadora poderá delegar serviços auxiliares, quando necessário.

§ 5.º Cabe ao Presidente as seguintes atribuições:

I- assegurar tratamento igual a todos;

II- zelar pelo rápido andamento de todo processo de preparação da Conferência;

III- impedir, no que lhe compete, qualquer ato ou posição contrária à realização da Conferência;

IV- tentar, a qualquer tempo, conciliar interesses conflitantes.

§ 6.º Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos.

§ 7.º O Secretário tem as seguintes atribuições:

I- redigir ofícios, atas, editais e demais documentos relativos aos trabalhos realizados pela Comissão Organizadora;

II- comparecer às pré-conferências, à reunião ordenatória, às reuniões da Comissão Organizadora e outros atos abertos ao público;

III- manter sob sua guarda e responsabilidade o livro único e todos os documentos correlatos ao processo de preparação da Conferência;

IV- expedir certidão e autenticidade de atos e documentos.

Art. 8.º Verificando-se vaga, desídia ou ausência contumaz de algum membro da Comissão Organizadora, o Presidente comunicará ao Prefeito Municipal, requerendo um substituto.

Art. 9.º Compete aos membros da Comissão Organizadora:

I- reunirem-se, quinzenalmente, em reuniões ordinárias e caso haja necessidade, semanalmente, até a entrega de seu relatório final, com a presença de, pelo menos, metade mais um de seus membros em exercício;

II- até 7 (sete) dias antes da data para a realização da Conferência, colocar em local previamente determinado, à disposição de qualquer munícipe, toda a documentação oriunda dos trabalhos;

III- estarem presentes à Conferência para atenderem a pedidos de esclarecimentos de delegados.

Parágrafo único. As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes e lavradas em ata no livro único, assinada pelo Presidente, a quem cabe o voto de qualidade.

Seção II

Do Grupo Técnico

Art. 10. Após a realização de todas as pré-conferências, ficará instituído um Grupo Técnico, composto pelos membros da Comissão Organizadora e um representante de cada pré-conferência, escolhido entre seus delegados eleitos, para racionalizar a pauta da Conferência.

§ 1.º As atribuições do Grupo Técnico não serão remuneradas a qualquer título.

§ 2.º O Grupo Técnico reunir-se-á em local, dia e horário estabelecidos pelo Presidente da Comissão Organizadora e todos os seus membros serão convocados por edital publicado no Diário Oficial do Município.

§ 3º As deliberações lavradas em ata no livro único, assinada pelo Presidente da Comissão Organizadora, a quem caberá o voto de qualidade.

Art. 11. O Grupo Técnico terá como atribuições:

I- estabelecer a seqüência da ordem do dia da Conferência;

II- incluir na pauta subtemas sugeridos, na hipótese de serem considerados de interesse geral.

CAPÍTULO III

DAS REUNIÕES PRELIMINARES

Seção I

Das pré-conferências e da eleição de delegados

Art. 12. As pré-conferências serão distribuídas conforme segue:

I - São pré-conferências Regionalizadas:

a) **Zona Noroeste:** (Alemoa, Areia Branca, Bom Retiro, Caneleira, Jardim Castelo, Chico de Paula, Piratininga, Porto Alemoa, Porto Saboó, Rádio Clube, Saboó, Santa Maria, São Jorge, São Manoel, Vila Haddad.);

b) **Morros:** (Morro da Cachoeira, Morro da Caneleira, Morro do Chico de Paula, Morro do Embaré, Morro do Fontana, Morro do Jabaquara, Morro do José Menino, Morro do Marapé, Morro do Monte Serrat, Morro da Nova Cintra, Morro do Pacheco, Morro da Penha, Morro do Saboó, Morro da Santa Maria, Morro da Santa Terezinha, Morro do São Bento, Morro da Vila Progresso.);

c) **Área Continental:** (Barnabé, Cabuçú/ Caeté, Caruara, Guarapá, Iriri, Monte Cabrão, Nossa Senhora das Neves, Quilombo, Trindade.)

d) **Área Central:** (Centro, Jabaquara, Outeirinhos, Paquetá, Porto Valongo, Valongo, Vila Mathias, Vila Nova.);

e) **Zona Leste:** (Aparecida, Boqueirão, Campo Grande, Embaré, Encruzilhada, Estuário, Gonzaga, José Menino, Macuco, Marapé, Pompéia, Ponta da Praia, Porto Macuco, Porto Paquetá, Porto Ponta da Praia, Vila Belmiro).

II- São Pré-conferências Temáticas:

a) Educação e Cultura;

b) Saúde;

c) Assistência Social;

d) Ordem Jurídica;

e) Urbanismo, Arquitetura e Acessibilidade;

f) Transporte e Trânsito;

g) Esporte.

§ 1º As Entidades deverão credenciar-se, oficialmente, em qualquer pré-conferência.

§ 2º As pré-conferências devem tratar do mesmo tema-base que será discutido na Conferência, sob o prisma de cada segmento.

Art. 13. Poderá participar das pré-conferências qualquer cidadão.

§ 1.º Cada interessado terá direito de participar somente de 3 (três) pré-conferências.

§ 2.º Ninguém poderá ser representado nas pré-conferências por procurador.

§ 3.º As pessoas jurídicas (entidade “para”, entidade “de” e entidade de apoio), deverão se fazer representar legalmente através de representante, municiadas dos seguintes documentos: ofício expedido pelo(a) Presidente da Entidade da qual à representa acompanhada da Ata da última eleição da Diretoria.

§ 4.º Pelo menos 1 (um) membro da Comissão Organizadora e/ou pessoa indicada pelo mesmo deverá estar presente na pré-conferência para compor a mesa e atender a pedidos de esclarecimentos dos participantes.

Art. 14. As pré-conferências serão presididas por 1 (um) dos membros e um 1(um) relator da Comissão Organizadora, o qual deverá elaborar ata a ser encaminhada à Comissão Organizadora, para servir de subsídio na elaboração das propostas da ordem do dia da Conferência.

§ 1.º É obrigatório o registro de presença dos participantes e ata da reunião, conforme modelos previamente definidos.

§ 2.º As atas deverão consignar:

I- proposituras de princípios para a Política Municipal para Integração da Pessoa com Deficiência;

II- subtema de seu segmento face o tema da Conferência, sendo:

- a) 1 (um) definido como de inclusão obrigatória na pauta da Conferência;
- b) outros, de inclusão facultativa na pauta.

III- nomes dos delegados eleitos para participarem da Conferência.

§ 3.º Para validade da ata são suficientes a assinatura do Presidente e do relator.

§ 4.º Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autênticas para os fins legais.

§ 5.º A ata deverá ser lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, e conter a transcrição apenas das deliberações tomadas.

§ 6.º A ata da pré-conferência será arquivada pela Comissão Organizadora.

§ 7.º Serão eleitos, nas pré-conferências, no mínimo, 1 (um) delegado, a cada 5 (cinco) participantes ou fração recomendando- se no máximo 3 (três) suplentes por cada Pré-Conferência.

§ 8.º É vedada a eleição de um cidadão por mais de 1 (uma) pré-conferência.

Art. 15. Antes de serem instaladas as pré-conferências, os presentes assinarão o livro único, indicando o seu nome, residência e número de RG.

Art. 16. As pré-conferências instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de, no mínimo, dez pessoas; em segunda convocação, instalada com qualquer número.

Art. 17. As deliberações das pré-conferências serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

Parágrafo único. No caso de empate, caberá ao participante mais idoso o voto de desempate.

Seção II

Da reunião ordenatória

Art. 18. A reunião ordenatória será presidida e secretariada por membros da Comissão Organizadora.

§ 1.º É obrigatório o registro de presença dos participantes e ata de reunião, conforme modelos predefinidos.

§ 2.º Para validade da ata são suficientes as assinaturas do Presidente e do

Secretário.

§ 3.º Da ata serão tiradas certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

§ 4.º A ata poderá ser lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, e conter a transcrição apenas das deliberações tomadas.

§ 5.º A ata da reunião ordenatória será arquivada pela Comissão Organizadora.

Art. 19. As deliberações da reunião ordenatória serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

Parágrafo único. No caso de empate, caberá ao Presidente o voto de desempate.

CAPÍTULO IV DOS PROCEDIMENTOS E DAS ATIVIDADES DA CONFERÊNCIA

Seção I

Dos participantes

Art. 20. São participantes específicos da Conferência:

- I- delegados natos;
- II- delegados eleitos;
- III- convidados.

Art. 21. A Conferência será presidida pelo Presidente do CONDEFI e terá um secretário por ela escolhido entre os delegados.

Art. 22. Serão considerados delegados natos, com direito a voz e voto, os representantes abaixo:

- I- Membros da Comissão Organizadora;
- II- Mesa diretora do CONDEFI.

Art. 23. Serão considerados delegados eleitos, com direito a voz e voto, aqueles escolhidos nas pré-conferências, através de eleição.

Art. 24. Serão considerados convidados, com direito apenas a voz, aqueles que forem convidados pela Comissão Organizadora pela notória e reconhecida luta pelos direitos das pessoas com deficiência, bem como pelo trabalho voluntário nas áreas sociais, educacionais, esportivas e de saúde em defesa desse segmento da sociedade e demais interessados.

Art. 25. Compete aos participantes:

- I- proceder com urbanidade;
- II- não empregar expressões injuriosas;
- III- não se manifestar de maneira procrastinatória, nem praticar atos inúteis ou desnecessários aos fins da Conferência;
- IV- não prejudicar, em nenhuma hipótese, o andamento dos trabalhos;
- V- não provocar incidentes manifestadamente infundados.

Parágrafo único. Quando ocorrerem as infrações, o Presidente advertirá o participante e, em caso de reincidência, cassar-lhe-á a palavra.

Art. 26. Antes de instalar-se a Conferência, os participantes assinarão o livro único, indicando o seu nome e residência, bem como a que título participa e apresentando o R.G.

Parágrafo único: A lista de presentes do livro único será encerrada imediatamente após a instalação da Conferência por ordem da Presidente e assim declarada.

Art. 27. Para a realização da Conferência, será necessária a presença, em primeira convocação, de pelo menos metade dos delegados com direito a voto, sendo que, após 30 (trinta) minutos, poderá instalar-se em segunda convocação,

com qualquer número de delegados com direito a voto, e seguirá seus trabalhos de conformidade com o regimento que será apreciado pela plenária quando da abertura da mesma.

§ 1.º As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

§ 2.º Na Conferência, os votos dos delegados titulares terão peso igual, independentemente da categoria a que pertencerem, não se admitindo voto por procuração.

Art. 28 As propostas apresentadas nas pré-conferências poderão receber destaques durante as discussões na plenária que deverão contemplar supressão total ou parcial, modificação ou adendo referente à proposta original.

Parágrafo único. Os destaques poderão ser discutidos pelo grupo, cabendo prazo de um minuto para a parte defensora e um minuto para a parte contrária ao mesmo. Após a discussão, os destaques deverão ser votados, sendo aprovados aqueles que obtiverem maioria absoluta de votos do grupo.

Art. 29 Somente serão aceitas propostas apresentadas durante a realização das pré-conferências.

Seção II

Da Plenária Final

Art. 30. A plenária da Conferência é soberana, exceto nas questões ocorridas antes de sua instalação, competindo-lhe, entre outras atribuições:

I- discutir e aprovar as propostas indicadas para votação da Plenária;

II- aprovar o relatório, em forma articulada, com as diretrizes da Política Municipal para Integração das Pessoas com Deficiência;

III- apreciar e aprovar as moções apresentadas;

IV- eleger os conselheiros de representação de segmentos não-governamentais para exercerem o mandato junto ao Conselho Municipal para Integração da Pessoa

Portadora de Deficiência.

Art. 31. A Plenária Final da IV Conferência será presidida pelo Presidente do CONDEFI, a qual fará a formação da mesa para auxiliar os trabalhos.

Art. 32. O processo de elaboração do relatório da Conferência terá a seguinte tramitação:

I - Das 5 (cinco) propostas encaminhadas à Plenária serão escolhidas e aprovadas somente 2 (duas) propostas prioritárias;

II – No caso de haver uma proposta que complemente uma das escolhidas, esta deverá ser acrescentada;

III - Defesa e a contestação das propostas, utilizando, cada uma, um minuto para tanto; e, em seguida, será procedida a votação.

Parágrafo único: As propostas serão aprovadas por maioria simples dos delegados presentes.

Art. 33. A mesa diretora da plenária assegurará aos delegados o direito de manifestação, “pela ordem”, sempre que qualquer um dos dispositivos deste Regimento não estiver sendo observado.

Parágrafo único: As “questões de ordem” não serão permitidas durante o regime de votação.

Art. 34. As moções encaminhadas exclusivamente por delegados deverão, necessariamente, ser de âmbito municipal e apresentadas à comissão organizadora da IV Conferência até, no máximo, o início dos trabalhos da Plenária Final, não sendo aceitas, de forma nenhuma, depois disso.

§ 1.º Cada moção deverá ser assinada, pelo menos, por 05 (cinco) delegados presentes à Conferência, em impresso próprio fornecido pela Comissão

Organizadora.

§ 2.º A leitura das moções para a plenária será feita após a fase de preciação do Relatório Final da Conferência, colocando-as em votação imediatamente após sua leitura.

Art. 35. A Conferência elegerá os seguintes membros de representação de segmentos não-governamentais para exercerem o mandato junto ao Conselho Municipal para Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência:

I- 06 (seis) representantes das entidades associativas de pessoas com deficiência (entidades “de”);

II- 06 (seis) representantes das entidades que prestam serviços próprios à pessoa com deficiência (entidades “para”);

III- 02 (dois) representantes das entidades que apóiam à pessoa com deficiência (entidades “de apoio”);

IV- 05 (cinco) representantes Zonais (01 Zona Noroeste, 01 Área Central, 01 Zona Leste, 01 Área Continental e 01 Morros);

V- 04 (quatro) representantes, pessoas físicas, representando as deficiências: (01 deficiente visual, 01 deficiente auditivo, 01 deficiente intelectual e 01 deficiente físico).

§ 1.º As vagas de representação das entidades deverão o quanto possível ser distribuídas igualmente pelos segmentos de deficiência.

§ 2.º Na impossibilidade material da distribuição nos termos do parágrafo anterior, as vagas de representação não preenchidas pelo seu segmento serão destinadas proporcionalmente aos segmentos de maior participação na Conferência.

Art. 36. Somente poderão participar da eleição; como segue:

a) Entidades: “DE”, “PARA” e “APOIO”, somente as que participaram de pré-conferência;

b) Representantes Zonais: pessoa física que tenha sido eleita delegado na pré-conferência específica, residentes nas zonas de representação;

c) Representante por tipo de deficiência:

pessoa física, preferencialmente portadora de deficiência, ou seu representante legal (no caso de deficiência intelectual), que tenha participado de pré-conferência.

Art. 37. Os candidatos à Eleição deverão apresentar sua candidatura à Comissão Organizadora, até as 18 horas do dia 21 de setembro de 2007, juntamente com os documentos que seguem:

I – Entidades:

a) o representante deve portar documento prescrito pela entidade indicando sua representação para eleição da mesma;

b) inscrição no CNPJ, comprovando sede no Município de Santos;

c) Ata da última eleição da diretoria.

II- Representantes Regionais (pessoa física), apresentar o comprovante de residência no município de Santos, bem como da região o qual irá representar.

III- Representante por tipo de deficiência:

a) atestado médico comprovando a deficiência;

b) comprovante de residência em seu nome ou representante legal.

Art. 38. A eleição dos membros do CONDEFI, será realizada pela ordem do artigo 37 deste regimento.

Art. 39. Cada candidato terá direito a um minuto de explanação das atividades exercidas pela entidade que representa ou seus objetivos pessoais nos casos de pessoa física.

Art. 40. Para cada entidade representada, serão eleitos representantes

titulares e suplentes de acordo com o número de vagas.

Seção III

Das Disposições Finais

Art. 41. Dos trabalhos e deliberações da Conferência será lavrada, em livro único, ata assinada pelos membros da mesa e, facultativamente, pelos participantes presentes.

§ 1.º Para validade da ata é suficiente a assinatura do Presidente e do Secretário.

§ 2.º Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

§ 3.º A ata deverá ser lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos, salvo no que tange:

I- às dissidências e protestos lidos e encaminhados por escrito à mesa;

II- às deliberações tomadas;

III- à forma articulada da Política Municipal para Integração da Pessoa com Deficiência.

§ 4.º É obrigatória a publicação da ata no Diário Oficial do Município e seu registro no Serviço de Títulos e Documentos da Comarca de Santos.

Art. 42. Os casos omissos serão resolvidos:

I- na Conferência, pela Plenária em maioria simples;

II- antes da instalação da Conferência, pela Comissão Organizadora.

Publicação no Diário Oficial de Santos, em 02/08/2007.